

Intervenção Precoce: Estudo comparativo entre Portugal e Espanha

Early Intervention: Comparative Study between Portugal and Spain

Marta Miguel¹ <https://orcid.org/0000-0003-4726-7143>

Cristina Pereira² <https://orcid.org/0000-0002-1295-3541>

^{1, 2} Instituto Politécnico de Castelo Branco, Portugal.

Resumo:

A realidade da Intervenção Precoce na Europa assume contornos bastante distintos nos vários países. Mais concretamente as assimetrias de região para região quer em Portugal quer em Espanha, ao nível das práticas de Intervenção Precoce (IP), foram-se tornando mais evidentes levando a uma necessidade de criar um quadro de referência comum. É nesse sentido que foram publicados, através da *Associação Nacional de Intervenção Precoce* (ANIP) e da *Federación Española de Asociaciones de Profesionales de la Atención Temprana* (GAT), dois livros com o mesmo objetivo: elaborar um guia para profissionais de IP que permita orientar e disseminar as práticas de IP nos dois países.

O objetivo do presente estudo é caracterizar, numa perspetiva comparativa, a IP nos dois países na busca de pontos de interseção, reveladores de uma possível semelhança entre duas sociedades tão interligadas geográfica e culturalmente.

Trata-se de uma investigação de caráter qualitativo em que o método de estudo escolhido foi o estudo de caso. Este assenta numa metodologia essencialmente descritiva e analítica em que também é usada uma descrição histórica pois são analisados acontecimentos e instituições relacionados com a IP que influenciaram as sociedades.

Os instrumentos e técnicas de recolha de dados (entrevistas e a pesquisa documental) e as técnicas de análise de dados (análise de conteúdo das entrevistas, análise de documentos internos e a análise de conteúdo dos manuais relativos à IP publicados em Portugal e Espanha) permitiram apurar similitudes, nuances específicas, mas também diferenças no que respeita a área da Intervenção Precoce destes dois países.

Palavras-chave: Intervenção Precoce; Portugal; Espanha; Associação Nacional de intervenção Precoce (ANIP); Federación Española de Asociaciones de Profesionales de la Atención Temprana (GAT).

Abstract:

The reality of Early Intervention (EI) in Europe takes on different facets in different countries. More specifically, the asymmetries from region to region, both in Portugal and in Spain, in terms of Early Intervention practices, have become more evident, leading to a need to create a common frame of reference. It is in this sense that two books have been published, through the *Associação Nacional de Intervenção Precoce* (ANIP) and the *Federación Española de Asociaciones de Profesionales de la Atención Temprana* (GAT): to develop a guide for EI professionals to guide and disseminate IP practices in both countries.

The objective of the present study is to characterize, in a comparative perspective, the EI in the two countries, looking for points of intersection, revealing a possible similarity between two societies that are so geographically and culturally interconnected.

It is a qualitative investigation in which the study method chosen was the case study. This is based on an essentially descriptive and analytical methodology in which a historical description is also used, as events and institutions related to IP that have influenced societies are analyzed.

The instruments and techniques of data collection (interviews and bibliographic and documentary research) and the techniques of data analysis (analysis of the content of the interviews, analysis of internal documents and the analysis of the content of the manuals related to IP published in Portugal and Spain) allowed ascertaining similarities, specific nuances, but also differences in the area of Early Intervention in these two countries.

Keywords: Early Intervention; Portugal; Spain; Associação Nacional de Intervenção Precoce (ANIP); Federación Española de Asociaciones de Profesionales de la Atención Temprana (GAT).

Submissão: 18/03/2021

Aceitação: 28/04/2021

1. Introdução

Os primeiros programas de Intervenção Precoce (IP) surgiram, nos Estados Unidos da América (EUA), na década de 60 do século passado como resposta às crianças em desvantagem social sendo posteriormente aplicados às crianças com deficiências (Carvalho et al., 2016). Desde então o conceito de IP foi sofrendo alterações quer no enfoque da intervenção quer no papel dos profissionais. Estes progressos são resultado de todo um conjunto de influências práticas, conceptuais e teóricas, as quais tiveram enormes repercussões ao nível da implementação e da organização da IP (Caldeira, Seixas & Piscalho, 2017).

Os modelos e práticas dos EUA em muito influenciaram a implementação da IP na Europa mais concretamente em Portugal e na Espanha. Em 1988, foi criada a *European Association on Early Childhood Intervention* (EAECI) constituída por especialistas ligados a universidades, peritos de várias disciplinas e representantes de associações de pais de vários países da Comunidade Europeia, envolvidos em Intervenção Precoce para crianças em risco ou com alterações de desenvolvimento (EURLYAID, 2015; Pimentel, 2005).

Desde então vários estudos têm vindo a ser realizados no âmbito da Intervenção Precoce bem como da Educação Especial. A *European Agency for Development in Special Needs Education* [EADSNE] (2005), com base nos resultados dos debates e na análise de documentos dos vários países, recomenda a publicação de um normativo que garanta a IP como um direito, a descentralização dos serviços e recursos, a garantia da gratuidade e qualidade dos serviços, a cooperação dos profissionais com as famílias e com os membros da equipa e a partilha das responsabilidades por cada um dos setores envolvidos: saúde, educação e serviços sociais (EADSNE, 2005).

Vinte e cinco anos após a publicação do Manifesto, a EURLYAID apresenta um relatório que demonstra uma visão global das condições para o estabelecimento de IP em quinze países europeus, no qual Portugal e Espanha estão inseridos. Este relatório enfatiza que, apesar da existência de legislação relativa à IP nos vários países, a realidade mostra que estão longe de pôr em prática as necessidades descritas nas convenções de anos anteriores (EURLYAID, 2015).

1.1 Intervenção Precoce em Portugal

A IP surge, em Portugal, intimamente ligada com a evolução da sociedade e com o percurso histórico-social da Educação Especial (Serrano, 2007), e também com a evolução da Educação Pré-escolar (Mendes & Seixas, 2016; Ruivo & Almeida, 2002).

O início da IP foi tardio devido ao contexto político e social (regime político autoritário, autocrata e corporativista) que se vivia nos anos 50 e 60, um contexto repressivo, sem espaço para a formação de professores, inovação e experimentação de novas pedagogias que emanavam dos Estados Unidos da América (Gronita, 2014).

Tagethof (2007) alega que, em Portugal, a Intervenção Precoce tem dois períodos distintos: um primeiro período que tem início em meados de anos 80 e que termina em finais de anos 90, com a publicação do Despacho Conjunto nº 891/99, de 19 de outubro, que veio regulamentar a sua prática; e um segundo período que se inicia nesta altura e que se estendeu até à data de publicação do trabalho da autora.

Em 1984, a Direção de Serviços de Orientação e Intervenção Psicológica (DSOIP) inicia um projeto de pesquisa-ação (Pimentel, 2009), com vista ao apoio especializado às crianças em situação de risco ou deficiência e suas famílias, (Felgueiras & Bairrão, 1991; Pimentel, 2005, 2009) cuja implementação em Portugal se baseou no modelo *Portage*, um programa inovador, de ensino domiciliário, que surgiu nos EUA, em 1969, destinado a pais de crianças com NEE (Almeida, 2000a).

Mais tarde, em 1989, surge, em Coimbra, o Projeto Integrado de Intervenção Precoce (PIIP), o qual resultou da assinatura de um protocolo entre o Ministério da Saúde, da Educação e a Delegação de Coimbra da APPCDM.

Este projeto surgiu numa base comunitária, não só pela inovação de coordenar e integrar serviços públicos e privados, mas também pela sua contribuição para a disseminação de diferentes projetos integrados de IP (Almeida, 2000b).

Perante a inexistência de uma política de IP, a pouca consistência no modelo conceptual implícito e a falta de treino e formação adequada dos profissionais de IP (Felgueiras, 1997) era urgente a publicação de um normativo.

Fundamentada na estrutura do Projeto PIIP, a publicação do Despacho Conjunto nº 891/99, de 19 de outubro, deu início a uma mudança de paradigma na IPI no nosso país (Boavida, Carvalho & Espe-Sherwindt, 2009). Este normativo propõe um enquadramento teórico para as práticas, fomenta a dinamização das parcerias e a partilha de recursos, bem como a formação no âmbito da IP (Pinto et al., 2009) e fomenta as práticas centradas no contexto familiar das crianças (Boavida et al, 2009).

Apesar das diretrizes incluídas no documento normativo em questão irem ao encontro dos princípios e práticas recomendadas pelas organizações internacionais, nomeadamente a DEC (Serrano, 2007) e da criação de projetos semelhantes ao PIIP, muitas foram as assimetrias de região para região (Augusto, Aguiar & Carvalho, 2013; Serrano & Boavida, 2011) havendo por isso “a necessidade de uma política comum em Portugal, que culminou na criação de um Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância (SNIPI), legislado pelo Decreto-Lei nº 281/2009, de 6 de outubro” (Augusto et al, 2013, p. 52).

Em 2016, a Associação Nacional de Intervenção Precoce (ANIP) publicou o manual *“Práticas Recomendadas em Intervenção Precoce na Infância: Um guia para profissionais”* com o objetivo de criar um instrumento de referência para os profissionais de IP nos diferentes níveis (Carvalho et al., 2016).

1.2 Intervenção Precoce em Espanha

Em Espanha, a Intervenção Precoce recebe a designação de *Atención Temprana*, doravante designada de AT. É um conceito que surgiu nos anos 70 do século passado (Cuevas & Veerman, 2012; Robles-Bello & Sánchez-Teruel, 2013) e, à semelhança de Portugal, as origens e evolução da AT em Espanha estão intimamente ligadas à evolução da sociedade e ao percurso histórico-social da Educação Especial.

À semelhança do caso português, a existência de um regime totalitário comprometeu a evolução da Educação Especial (Puelles, 2002, citado por Pérez, 2011, 698).

A partir dos anos 60, a Educação Especial em Espanha passa a ser um dos objetos de atenção do movimento associativo que então surgia (Real Patronato de Prevención y de Atención a Personas con Minusvalía, 1991). Mas é a partir dos finais dos anos 70 que as inúmeras mudanças no país ao nível social, político e económico desencadearam uma nova forma de perspetivar a intervenção com estas crianças (Redruello & Viloria, 2004).

Assim a AT surgiu em Espanha como *Estimulación Precoz* através de vários autores embora com pontos de vista diferentes (Viloria, 2011). Trata-se de uma disciplina que ainda hoje se vem consolidando como tal e cuja origem se pode encontrar na celebração do *Curso breve teórico-práctico de Estimulación Precoz para niños de cinco años*,

celebrado em 1973 na Escola de Fisioterapia de Madrid (Cuevas & Veerman, 2012; Fariñas, 2011; Robles-Bello & Sánchez-Teruel, 2013).

Influenciada ao longo dos anos por vários modelos (Gútiez, 2005 citado por Viloria, 2011, 18), a AT começa a dar passos. Surgem os primeiros centros de estimulação precoce (Cuevas & Veerman, 2012) em centros privados ou associações de pais cujos filhos apresentavam deficiências ou determinadas incapacidades (Fariñas, 2011).

Na década de 80, surgem as equipas de *Atención Temprana*, as quais vieram permitir a integração das crianças nos centros de educação infantil, favorecendo a intervenção precoce e permitindo a sua continuidade no sistema regular (Pérez, 2011).

Serrano, Mas, Cañadas e Giné (2016) referem que durante a segunda metade da década de 90 importantes mudanças ocorreram no que se refere à implementação da AT: passou a abranger crianças com diversas condições e os profissionais tomaram consciência da necessidade de envolver as famílias.

Perante a distribuição pouco explícita das competências entre os três serviços envolvidos na AT (GAT, 2000, 2005; Moreno & Calet, 2015) e a grande disparidade de situações entre as diferentes comunidades autónomas quer ao nível da especificidade das práticas quer ao nível da coordenação entre os diferentes serviços (Cuevas & Veerman, 2012; GAT, 2000, 2005; Moreno & Calet, 2015; Serrano et al., 2016; Viloria, 2011), urgia que se criasse um documento que fundamentasse a AT.

Em 2000, foi publicado O “*Libro Blanco de Atención Temprana*”, elaborado pelo Grupo de Atención Temprana (GAT), atual *Federación Estatal de Asociaciones de Profesionales de Atención Temprana*, com o intuito de fundamentar a AT, o que o tornou numa referência para as administrações públicas, os profissionais, as associações e as famílias (GAT, 2000, 2005). A sua publicação foi reconhecida não só em Espanha como em Portugal, pois Pimentel (2005) sugere que Portugal elabore um documento semelhante a este.

Ao longo dos últimos anos a *Atención Temprana* foi sendo reconhecida e promovida pelas diferentes Comunidades Autónomas da Espanha. Por todo o país foi sendo implementado um conjunto de normativos, procedimentos e redes de serviços os quais se basearam em princípios comuns. Contudo, quando adaptadas às diferentes realidades de cada Comunidade Autónoma gerou-se uma enorme diversidade de serviços no que diz respeito às áreas de cobertura, critérios, estruturas, procedimentos, objetivos, prioridades e disponibilidade financeira. As assimetrias são tantas que nem sempre é fácil reconhecer as características comuns e básicas entre as diferentes Comunidades Autónomas (Lopez, Ponte & Rubert, 2018; Serrano et al., 2016).

2. Desenho Metodológico

2.1 Problemática e Propósitos do Estudo

Do interesse pessoal e profissional de um dos autores do estudo pela área da Intervenção Precoce e do seu contacto com esta estrutura enquanto Educadora de Infância do Ensino Regular, surgiu a pergunta que serviu de ponto de partida para a pesquisa: “Será que há pontos de contacto entre Portugal e Espanha na organização e operacionalização da IP?”

Realçamos que, das 613 teses publicadas na área da Educação Especial até 2015, apenas 106 estão relacionadas com a Intervenção Precoce (Morato et al., 2015). A pertinência deste estudo justificou-se pela inexistência de estudos comparativos entre Portugal e Espanha ao nível da IP existindo apenas um estudo comparativo sobre a Educação Especial em Portugal-Extremadura (Blanco, 2012).

A curiosidade em perceber se as bases conceptuais e a organização do sistema de IP em Portugal e Espanha, dois países interligados geográfica, afetiva e culturalmente, apresentam similitudes, conduziu à identificação de outras questões nomeadamente:

- Quais os motivos que levaram à publicação, pela ANIP, de “Práticas Recomendadas em Intervenção Precoce na Infância: Um guia para Profissionais” (Carvalho et al., 2016) e do “Libro Blanco de Atención Temprana” (GAT, 2000)?
- Quais as semelhanças entre as publicações da ANIP e do GAT?
- Quais as diferenças entre as publicações da ANIP e do GAT?
- Quais as orientações e recomendações descritas em cada uma das publicações?
- Quais as semelhanças entre Portugal e Espanha ao nível legislativo?

2.2 Metodologia

Para Marconi e Lakatos (2003), a pesquisa “é um procedimento formal, com método de pensamento reflexivo, que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais” (p.155).

Ao contrário da pesquisa quantitativa em que as diversas variáveis são operacionalizáveis, a pesquisa qualitativa responde a assuntos muito específicos e profundos como motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes (Minayo, 2002). Este tipo de investigação permite abordar os fenómenos sociais pois interpreta a realidade “não apenas pela busca das causas, mas pelo reconhecimento das interdependências entre os fenómenos objectivos e subjectivos” (Silva, 2013, p. 71).

De acordo com Carmo e Ferreira (2008, p,195) o “paradigma qualitativo postula uma concepção global fenomenológica, indutiva, estruturalista, subjectiva e orientada para o processo”.

Ao pretender compreender como se organiza a IP em Portugal e Espanha, o método selecionado foi o estudo de caso. De acordo com Yin (2001), os estudos de caso são usados quando se colocam questões do tipo “como”, quando o investigador não controla totalmente as circunstâncias e quando a origem se encontra em fenómenos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real.

Apesar de não pretendermos estabelecer relações causais, tivemos como preocupação apoiar a descrição em pesquisas bibliográficas exaustivas e numa análise aprofundada. Assentando numa metodologia essencialmente descriptiva e analítica é também utilizada a descrição histórica sobre a evolução da IP pois neste estudo são analisados acontecimentos e instituições relacionados com a IP que permitem apurar a sua influência na sociedade. De acordo com Marconi e Lakatos (2003), a análise de acontecimentos, processos e instituições do passado permite apurar a sua influência na

sociedade de hoje, já que as instituições alcançaram a sua forma atual através de mudanças, ao longo do tempo, influenciadas pelo contexto cultural particular de cada época.

2.3 Sujeitos de Estudo e Fontes de Análise

Os sujeitos no nosso estudo são dois organismos que assumem o protagonismo central na conceção, organização e operacionalização da IP em Portugal e em Espanha, ou seja, a ANIP e o GAT.

Para a caracterização dos sujeitos de estudo, utilizámos várias fontes de documentação. No caso da ANIP, para além dos documentos internos cedidos pela instituição (fontes primárias), usámos ainda documentos provenientes de fontes secundárias, mais especificamente artigos publicados em revistas de especialidade relacionadas com Educação de Infância, Educação Especial e Saúde. Usámos também as entrevistas gentilmente cedidas quer pelo presidente quer pela Diretora de Serviços da ANIP. No caso do GAT, a caracterização deste foi feita apenas baseada em fontes secundárias. Apesar das várias tentativas via email com o GAT no sentido de obter documentação interna bem como entrevista com o presidente ou representante do GAT, não obtivemos resposta da parte desta instituição pelo que a caracterização desta entidade foi feita apenas com base em artigos publicados em revistas.

2.4 Técnicas de Recolha e Análise de Dados

No estudo foram utilizados os dados cuja fonte de informação resultaram das entrevistas e de documentos internos cedidos por uma das instituições, a ANIP, sendo por isso consideradas como fontes primárias.

Estas fornecem informação direta (de primeira mão) obtida através de documentos (registos internos, ficheiros) ou relatos orais de pessoas que testemunharam ou participaram em determinados acontecimentos, sendo a entrevista o meio mais frequente para obter esses dados (Carmo & Ferreira, 2008) e que normalmente surgem durante o período de investigação (Dufly, 1997).

Ao pretender obter dados sobre a realidade destes dois países no que diz respeito à IP e estabelecer comparações, tornou-se necessário criar, como refere Carmo e Ferreira (2008), um instrumento para recolher esses dados. Neste caso, tratou-se da entrevista semiestruturada cujo guião foi elaborado após uma extensa revisão de literatura acerca da IP em Portugal e na Espanha, bem como após análise de documentos internos gentilmente cedidos pela ANIP e posteriormente revisto pela orientadora do estudo. De referir que foi também elaborado o consentimento informado, um documento no qual o investigador informa os sujeitos da investigação acerca da natureza e objetivos da investigação bem como da sua disponibilidade para lhes prestar os esclarecimentos necessários ao longo de toda a investigação.

As entrevistas aos representantes da ANIP foram realizadas presencial e individualmente em dia, hora e local à escolha dos entrevistados, sendo gravada em áudio e posteriormente transcrita na íntegra.

Como referido anteriormente, os constrangimentos associados à operacionalização da entrevista com o responsável do ou um representante do GAT fizeram com que a

caraterização desta entidade tivesse apenas como fonte a análise de artigos publicados em revistas.

Desta forma não havendo a possibilidade de comparar entrevistas dos representantes dos dois países, as entrevistas realizadas quer ao presidente da ANIP quer à Diretora de Serviços da ANIP foram unicamente utilizadas como material de suporte para a caracterização da ANIP enquanto sujeito de caso.

Realçamos, contudo, que procedemos de igual forma à transcrição e análise de conteúdo das referidas entrevistas seguindo os procedimentos identificados por Bardin (2009). A autora define que as diferentes fases de análise de conteúdo se constituem à volta de três polos cronológicos designadamente a pré-análise; a exploração do material; o tratamento dos resultados; a inferência e a interpretação.

Uma componente complementar, mas essencial para a organização e análise dos dados foi a análise de conteúdo dos dois manuais publicados pelas duas entidades, a ANIP e o GAT os quais são considerados como fonte secundária.

Nesse sentido, baseando-nos em Marconi e Lakatos (2003), foram elaboradas as respetivas categorias de análise de conteúdo dos manuais. Estabelecemos oito categorias as quais se subdividiram noutras categorias (subcategorias) e a partir daí foram preenchidas as respetivas grelhas de análise com os dados obtidos através da leitura. No presente artigo limitamos a apresentação de resultados à análise de conteúdo dos manuais referenciados, ou seja, *Práticas Recomendadas em Intervenção Precoce na Infância – Um Guia para Profissionais*” (Carvalho et al., 2016) e “*Libro Blanco de Atención Temprana*” (GAT, 2000).

3. Apresentação e Análise dos Resultados

Como referimos anteriormente, os resultados apresentados no presente artigo centram-se apenas na análise dos dois manuais de referência à conceitualização e organização da IP em Portugal e Espanha.

No caso de Portugal, o manual que será objeto de análise intitula-se “*Práticas Recomendadas em Intervenção Precoce na Infância: Um Guia para Profissionais*” de Carvalho et al. (2016) tendo este sido publicado pela Associação Nacional de Intervenção Precoce e apoiado financeiramente pela Fundação Calouste Gulbenkian, através do Programa Cidadania Ativa (ANIP, 2017; Carvalho et al., 2016).

Relativamente ao caso de Espanha, o manual denomina-se “*Libro Blanco de Atención Temprana*” (GAT, 2000) e apesar de ter sido elaborado por vários autores, ao longo da revisão de literatura, identificamos o GAT como autor da obra uma vez que é assim que este é referenciado em Espanha. A sua publicação, distribuição e apresentação foi da responsabilidade do *Real Patronato* (Lebrero, 2016).

A análise de conteúdo dos manuais foi feita com base numa tipologia expressa em Marconi e Lakatos (2003) e apesar de existirem outras edições dos manuais optámos por analisar a primeira edição de cada um deles.

A análise abrangeu diferentes categorias de análise designadamente: Obra, Credenciais dos autores, Organização do manual, Informação e análise disponibilizada no manual,

Quadro de referências dos autores, Análise crítica do investigador e Indicações do investigador.

Na Tabela 1 apresentamos os resultados da análise de conteúdo que evidenciam as similitudes entre os manuais.

Tabela 1: Similitudes entre os manuais português e espanhol.

Categorias	Subcategorias	Similitudes
Credenciais dos autores	Formação universitária	Elaboração feita por especialistas da área
Indicações do investigador	Público alvo	Profissionais de IP
Indicações do investigador	Áreas em que pode ser adotado	IP/Educação de Infância/ Psicologia/ Ciências da Educação/ Serviço Social/ Medicina
Organização do manual	Identificação dos capítulos	Definição do público alvo da IP
Análise e crítica da obra	Mérito da obra	Documento de referência para profissionais de IP Organização coerente Uso de linguagem acessível ao leitor
Informação e análise disponibilizada no manual	Descrição sistematizada dos capítulos	Organização do trabalho das equipas de IP Definição de IP

- Ambos os manuais são considerados uma referência central e um guia orientador para os profissionais da área pelo seu importante e pioneiro trabalho na IP/AT nos dois países. Daí que ambos têm como público alvo os profissionais de IP/AT sendo que estes podem ser adotados por várias áreas de saber que contribuem e colaboram na Intervenção Precoce: Educação de Infância, Psicologia, Ciências da Educação, Serviço Social e Medicina;
- Ambos foram elaborados por especialistas da área, sendo que no caso do manual português para além da participação de especialistas nacionais, também contou com a participação de outros parceiros nomeadamente a Associação Pais-em-Rede, a Universidade de Aveiro, Consultores Internacionais: *European Association on Early Intervention* (EAECI) e *International Society on Early Intervention* (ISEI) (Carvalho et al., 2016);
- Uma outra semelhança entre as duas publicações está relacionada com a linguagem e a sua organização. Ambas estão organizadas de modo coerente e usando uma linguagem acessível ao leitor;
- A leitura aprofundada e posterior análise de conteúdo de ambos os manuais permitiu também definir que existem similitudes no que se refere à definição de IP/AT já que ambos a definem como um conjunto de medidas de apoio às crianças e às famílias; definição da população alvo, i.e., abrange crianças dos 0 aos 6 anos; organização do trabalho mais precisamente as equipas, ELI e CDIAT, são constituídas por profissionais de várias áreas distintas cujo trabalho é desenvolvido de acordo com fases semelhantes sempre com o objetivo de apoiar as crianças e as suas famílias (Carvalho et al., 2016; GAT, 2000).

Apresentamos, em seguida, os aspectos que a análise de conteúdo permitiu identificar como divergentes nos dois manuais e que evidenciamos na Tabela 2.

Tabela 2: Dissemelhanças entre os manuais português e espanhol.

Categoria	Subcategoria	Portugal	Espanha
Obra	Data de publicação	2016	2000
	Impressão	Acessível em papel através da ANIP	Acessível on-line
	Nº de páginas	359	121
	Ilustrações	Sim	Não
		Fundamentação da informação feita com referências a autores e/ou especialistas na área	Informação sem qualquer referência a autores e/ou especialistas na área
Análise e crítica do investigador	Julgamento da obra do ponto de vista metodológico	Excelente fundamentação dos temas com base nos estudos na área da neurobiologia do desenvolvimento e da psicologia	Inexistência de referências aos estudos na área da neurobiologia do desenvolvimento e da psicologia
		Abordagem a todo o processo de funcionamento da IP em Portugal bem como a perspetiva histórica desta, não só em Portugal como também nos EUA	Referências muito breves e sucintas, no prólogo, à evolução histórica da AT em Espanha sem nunca se referir às origens da AT.

- Espanha foi o primeiro país a publicar um manual de referência para os profissionais da área de IP;
- O manual espanhol está acessível on-line através do site do GAT e outras entidades relacionadas com a Educação Especial ou Associações pertencentes ao GAT, enquanto que o manual português apenas está disponível em versão impressa e através da ANIP;
- Do ponto de vista da utilização da ilustração, o manual português é o único que inclui tabelas, esquemas, imagens como complemento ou síntese da informação;
- Do ponto de vista metodológico e estrutural foi possível identificar as seguintes diferenças:
 - O manual português fundamenta a informação incluída em referências a autores e especialistas na área enquanto que o manual espanhol não o faz em momento algum. O manual português aborda todo o processo de funcionamento da IP em Portugal bem como a perspetiva histórica desta, não só em Portugal como também nos EUA, país de origem da IP, ao contrário do manual espanhol que faz referências muito breves e sucintas, no prólogo, à evolução histórica da AT em Espanha sem nunca se referir às origens da AT;
 - O manual português apresenta uma fundamentação dos temas fazendo constantes referências aos estudos na área da neurobiologia do desenvolvimento bem como aos modelos psicológicos que influenciaram a IP, designadamente o modelo bioecológico do desenvolvimento e o modelo transacional. No caso do manual espanhol estes estudos e teorias não são referenciados;

- A leitura aprofundada e posterior análise de conteúdo de ambos os manuais, permitiu também identificar dissemelhanças no que se refere à regulamentação da IP. No caso português, a IP está formalmente criada através de um normativo: o Decreto-Lei nº 281/2009, enquanto que em Espanha ainda não existe um normativo estatal específico.

4. Conclusões

Concluímos destacando, de forma sintética, as respostas às questões que nortearam a pesquisa e uma reflexão sobre a metodologia de suporte.

Ao pretender fazer uma análise comparativa entre Portugal e Espanha relativamente à Intervenção Precoce esta pautou-se, no presente artigo, na análise de conteúdo dos manuais relacionados com a IP/AT publicados nos dois países, sendo sempre nosso objetivo analisá-los de forma a encontrar pontos de contacto entre Portugal e Espanha no que diz respeito à organização e operacionalização da IP/AT.

Relativamente à primeira questão “Quais os motivos que levaram à publicação, pela ANIP, de “*Práticas Recomendadas em Intervenção Precoce na Infância: Um guia para Profissionais*” (Carvalho et al., 2016) e do “*Libro Blanco de Atención Temprana*”, pelo GAT (GAT, 2000)?” foi possível concluir que ambos os manuais foram publicados com o mesmo intuito.

Quanto à questão “*Quais as semelhanças entre as publicações da ANIP e do GAT?*” concluímos que existem várias similitudes entre Portugal e Espanha nomeadamente o facto de ambos serem manuais de referência, elaborados por especialistas da área, para profissionais da área e além de ser destinado a este público alvo, estes manuais também podem ser adotados por várias áreas de saber designadamente Intervenção Precoce: Educação de infância, Psicologia, Ciências da Educação, Serviço Social e Medicina. A sua organização coerente e uso de linguagem acessível ao leitor permitiu-nos identificar outras semelhanças, nomeadamente a definição de IP/AT, a definição da população alvo, a constituição e organização do trabalho das equipas de IP/AT.

Outra questão que nos surgiu aquando da pergunta inicial foi “*Quais as diferenças entre as publicações da ANIP e do GAT?*”. Destacámos várias dissemelhanças nomeadamente o facto de Espanha ter sido o primeiro país a publicar o manual e de este estar acessível on-line, ao contrário do manual português que só existe em versão impressa. Do ponto de vista metodológico e estrutural também encontrámos outras diferenças. Enquanto o manual português fundamenta a informação incluída em referências a autores e especialistas na área o manual espanhol não o faz em momento algum.

Outra dissimilitude é que o manual português aborda todo o processo de funcionamento da IP em Portugal bem como a perspetiva histórica desta, não só em Portugal como também nos EUA, país de origem da IP, ao contrário do manual espanhol que faz referências muito breves e sucintas, no prólogo, à evolução histórica da AT em Espanha sem nunca se referir as origens da AT. Além disso, o manual português apresenta uma fundamentação dos temas tendo como referência estudos na área da neurobiologia do desenvolvimento e modelos psicológicos que influenciaram a IP, designadamente o modelo bioecológico do desenvolvimento e o modelo transacional. No caso do manual espanhol estes estudos e teorias não são referenciados.

Importa também dar resposta a outra questão “*Quais as orientações e recomendações descritas em cada uma das publicações?*”. Ambos os manuais consideram que a IP deve envolver e capacitar as famílias, permitindo-nos identificar uma conceção sistémica e transdisciplinar.

Para terminar as conclusões deste estudo não podemos deixar de dar resposta a uma última questão “*Quais as semelhanças entre Portugal e Espanha ao nível legislativo?*”. A leitura atenta dos manuais revelou a existência de um normativo da IP em ambos os países. Contudo, enquanto que em Portugal o Decreto-Lei nº 281/2009, de 6 de outubro, regulamenta a IP em todo o país, no caso espanhol existe uma pluralidade de normativos pois, de acordo com a organização política e administrativa deste país, cada Comunidade Autónoma possui um normativo específico.

Os resultados apoiaram-se numa pesquisa documental minuciosa de um conjunto de fontes que consideramos pertinentes e adequadas. Se a análise de conteúdo assumiu um lugar de destaque neste percurso, evidenciamos que era nosso objetivo triangular a pesquisa documental, nomeadamente a dos manuais cuja análise apresentamos neste artigo, com os dados recolhidos em entrevistas aos responsáveis da ANIP e GAT. Os constrangimentos encontrados na operacionalização da entrevista ao representante do GAT comprometeram esse objetivo, pelo que temos consciência de um maior aprofundamento e validação da análise efetuada sobre a ANIP. Esse facto não invalida o contributo deste estudo para a compreensão estrutural da IP nos dois países, tendo os seus resultados gerado novas questões relacionadas, nomeadamente, com a necessidade de identificar os constrangimentos na operacionalização de uma intervenção sistémica e transdisciplinar.

5. Referências

- Almeida, I. C. (2000a). A importância da intervenção precoce no actual contexto sócio-educativo. *Cadernos CEAf*, 15/16, 55-74.
- Almeida, I. C. (2000b). A evolução das teorias e modelos de intervenção precoce – Caracterização de uma prática de qualidade. *Cadernos CEAf*, 15/16, 29-46.
- Associação Nacional de Intervenção Precoce [ANIP] (2017). *Contributos para conferência parlamentar sobre intervenção precoce e inclusão*. ANIP.
<http://app.parlamento.pt/webutils/docs/doc.PDF>
- Augusto, H., Aguiar, C., & Carvalho, L. (2013). Práticas atuais e ideias em intervenção precoce no Alentejo. *Análise Psicológica*, 49-68. <https://doi.org/10.14417/ap.614>
- Bardin, L. (2009). *Análise de Contéudo* (4ª Ed.). Edições 70.
- Blanco, N. C. (2012). *Estudo comparativo sobre a educação especial em Portugal-Extremadura : aplicação de um programa de intervenção*. (Dissertação de mestrado não publicada, Instituto Politécnico de Castelo Branco, Castelo Branco, Portugal).
<http://hdl.handle.net/10400.11/1496>
- Boavida, J., Carvalho, L. & Espe-Sherwindt (2009). Early childhood intervention in Portugal: Interplay of family centered, community based and interdisciplinary factors. In B.Carpenter, J. Schloesser and J. Egerton, *European developments in early childhood*

intervention. EURLYAID. https://www.eurlyaid.eu/wp-content/uploads/2016/05/eaei_eci_development_eng.pdf

Carmo, H. & Ferreira, M. M. (2008). *Metodologia da investigação - Guia para auto-aprendizagem* (2º ed.). Universidade Aberta.

Caldeira, Z. S. , Seixas, S. R. & Piscalho,I. (2017). Intervenção baseada nas rotinas. *Revista da UIIPS – Unidade de Investigação do Instituto Politécnico de Santarém*, 5(1), 62-80. <http://ojs.ipsantarem.pt/index.php/REVUIIPS/article/view/360/186>

Carvalho, L., Almeida, I. C., Felgueiras, I., Leitão, S., Boavida, J., Santos, P. C., . . . & Franco, V. (2016). *Práticas recomendadas em intervenção precoce na infância: Um guia para profissionais*. Associação Nacional de Intervenção Precoce.

Cuevas, P. G. & Veerman, E. R. (2012). Orígenes y evolución de la atención temprana. Una perspectiva histórica de la genesis de la atención temprana en nuestro país. Agentes contextos y procesos. *Psicología Educativa*, 18(2), pp. 107-122). <https://doi.org/10.5093/ed2012a12>

Decreto Lei nº 281/2009 do Ministério da Saúde. *Diário da República, 1ª Série - Nº 193 - 6 de outubro de 2009, 7298 – 7301.* <https://dre.pt/application/conteudo/491397>

Duffy, B. (1997). Análise de dados documentais. In Bell, J. (2ª ed.). *Como realizar um projecto de investigação: Um guia para a pesquisa em ciências sociais e da educação* (pp.90-98). Gradiva.

European Agency for Development in Special Needs Education [EADSNE] (2005). *Intervenção precoce na infância. Análise nas situações da Europa. Aspetos-chave e recomendações*. European Agency for Development in Special Needs Education. https://www.european-agency.org/sites/default/files/early-childhood-intervention-analysis-of-situations-in-europe-key-aspects-and-recommendations_eci_pt.pdf

European Association on Early Childhood Intervention [EURLYAID] (2015). *Report about answers to an EURLYAID questionnaire the implementation of early childhood intervention (ECI) in 15 european countries*.

https://www.eurlyaid.eu/wpcontent/uploads/2016/05/booklet_eurlyaid_25years_eng.pdf

Fariñas, P. B. G. (2011). *Estudio de la coordinación interinstitucional e interdisciplinar en atención temprana en la comunidad de Madrid: La experiencia del programa marco de coordinación de Getafe* (Tesis Doctoral, Universidade Complutense de Madrid, Madrid, Espanha). <https://eprints.ucm.es/13202/1/T32836.pdf>

Felgueiras, I. (1997). Modelos de intervenção precoce em crianças com necessidades educativas especiais de educação. *Cadernos CEAf*, 13/14, 23-28.

Felgueiras, I. & Bairrão, J. (1991). Um modelo de intervenção precoce: O programa portage para pais. *Noesis*, (20), 38-42.

https://sigarra.up.pt/fdup/pt/pub geral.pub_view?pi_pub_base_id=86251

GAT (2000). *Libro blanco de la atención temprana*. Real Patronato de Prevención y de Atención a Personas con Minusvalía.

http://www.sld.cu/galerias/pdf/sitios/rehabilitacion-logo/libro_blanco_de_la_estimulacion_temprana.pdf

GAT (2005). *Libro blanco de la atención temprana* (3.^a Ed). Real Patronato de Prevención y de Atención a Personas con Minusvalía.

http://sid.usal.es/idocs/F8/FDO625/libro_blanco_atenciontemprana.pdf

Gronita, J. J. C. (2014). *Contributos para a análise de modelos organizativos de intervenção precoce na infância em Portugal* (Dissertação de Doutoramento não publicada, Universidade Aberta, Lisboa, Portugal). <http://hdl.handle.net/10400.2/3774>

Lebrero, F. P. (2016). Apuntes sobre la contribución del GAT a la atención temprana. *Revista Española de Discapacidad*, 4 (1), 225-239. <http://dx.doi.org/10.5569/2340-5104.04.01.13>

Lopez, P., Ponte, J. & Rubert, M. A. (2018). *Atención Temprana. La visión de los profesionales*. <http://gat-atenciontemprana.org/wp-content/uploads/2019/05/%C3%A2%C2%81%C2%AE-La-visi%C3%B3n-de-los-profesionales.pdf>

Marconi, M. A. & Lakatos, E. M. (2003). *Fundamentos da metodologia científica* (5^a ed.). Editora Atlas. <https://formacademicospe.wordpress.com/2017/03/27/6-livros-de-metodologia-para-download/>

Mendes, P. e Seixas, S. R. (2016). Referenciação numa ELI: Estudo de caso. *Revista da UIIPS – Unidade de Investigação do Instituto Politécnico de Santarém*, 12 (41), 28-50. <https://doi.org/10.25755/int.10834>

Minayo, M. C. S. (2002). Ciência, técnica e arte: O desafio da pesquisa social. In Minayo, M. C. S. (Org.), Deslandes, S. F., Neto, O. C. e Gomes, R., *Pesquisa social: Teoria, método e criatividade* (21^a ed.). Editora Vozes.
<https://wp.ufpel.edu.br/franciscovargas/files/2012/11/pesquisa-social.pdf>

Moreno, A. M. & Calet, N. (2015). Intervención en atención temprana: Enfoque desde el ámbito familiar. *Escritos de Psicología*, 8(2), 33-42. <https://dx.doi.org/10.5231/psy.writ.2015.1905>

Morato, P., Espadinha, C., Sofia, H., Rodruigues, A., Brandão, T., Cruz, V., . . . & Correia, M. (2015). *Investigaçāo em educação especial 1985-2015*. Faculdade de Motricidade Humana da Universidade de Lisboa.

Pérez, T. G. (2011). Modelos de escolarización: Trayectoria histórica de la educación especial. *Educação e Filosofia Uberlândia*, 25(50), 691-716.

<http://www.seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/13373/7662>

Pimentel, J. S. (2009). Uma intervenção precoce com base científica: Percurso na D.S.O.I.P com Joaquim Bairrão. In G. Portugal (Org.), *Ideias, projectos e inovação no mundo das infâncias - O percurso e a presença de Joaquim Bairrão* (pp. 19-27). Universidade de Aveiro.

Pimentel, J. V. Z. S. (2005). *Intervençāo focada na família: desejo ou realidade*. <http://hdl.handle.net/10400.12/1138>

Pinto, A. I., Grande, C., Felgueiras, I., Almeida, I. C., Pimentel, J. S. & Novais, I. (2009). Intervenção e investigação em idades precoces: O legado de Joaquim Bairrão. *Psicologia*, 23(2), 21-42.
https://sigarra.up.pt/flup/pt//pub_geral.pub_view?pi_pub_base_id=98444&pi_pub_r1_id=

Real Patronato de Prevención y de Atención a Personas con Minusvalía (1991). *Memoria del Real Patronato (1976 - 1990)*. Real Patronato de Prevención y de Atención a Personas con Minusvalía.
https://www.siis.net/documentos/Digitalizados/114_Memoria%20del%20real%20patronato.pdf

Redruello, R. A. & Viloria, C. A. (2004). La organización de la atención temprana en la educación infantil. *Tendencias Pedagógicos*, 9, 217-246.
<https://revistas.uam.es/tendenciaspedagogicas/article/view/1848/1957>

Robles-Bello, M. A. e Sánchez-Teruel, D. (2013). Atención infantil temprana en España. *Papeles del psicólogo*, 34(2), 132-143.
<http://www.papelesdelpsicologo.es/pdf/2236.pdf>

Ruivo, J. B. e Almeida, I. C. (2002). *Contributos para o estudo das práticas de intervenção precoce em Portugal*. Ministério da Educação.

Serrano, A. M. (2007). *Redes sociais de apoio e sua relevância para a intervenção precoce*. Porto Editora.

Serrano, A. M. & Boavida, J. (2011). Early childhood intervention: the portuguese pathway towards inclusion. *Revista de Educación Inclusiva* 4, 123-138.
<http://hdl.handle.net/1822/15769>

Serrano, A. M., Mas, J. M., Cañadas, M. & Giné, C. (2016). Family systems and family-centred intervention practices in Portugal and Spain: Iberian reflections on early childhood intervention. In H. Sukkar, C. J. Dunst & J. Kirkby (Eds.), *Early childhood intervention: Working with families of young children with special needs* (pp. 193-212). Routledge.

Silva, E. A. (2013). As metodologias qualitativas de investigação nas ciências sociais. *Revista Angolana de Sociologia*, 77-79.
<https://journals.openedition.org/ras/740>

Tagethof, M. I. C. A. (2007). *Estudos sobre a intervenção precoce em Portugal: Ideias dos especialistas, dos profissionais e das famílias* (Dissertação de Doutoramento não publicada, Universidade do Porto, Porto, Portugal). <http://hdl.handle.net/10400.12/47>

Viloria, C. A. (2011). *La atención a la familia en atención temprana: Un estudio desde la perspectiva de los profesionales de los servicios y centros de atención temprana* (Doctoral Thesis não publicada, Universidad Autónoma de Madrid, Madrid, Espanha).
<http://hdl.handle.net/10486/6534>

Yin, R. K. (2001). *Estudo de Caso: Planeamento e métodos* (2ª ed.). Bookman.
https://saudeglobaldotorg1.files.wordpress.com/2014/02/yin-metodologia_da_pesquisa_estudo_de_caso_yin.pdf